

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Em 11 de Junho de 2012, os Deputados do Partido Socialista dirigiram um conjunto de perguntas ao Governo sobre o possível encerramento do Call Center da Segurança Social, em Castelo Branco e do Serviço Via Segurança Social, que consta do documento n3205/XII (1ª) e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

As preocupações dos Deputados socialistas resultavam das notícias vindas a público que davam conta de poderem estar em causa os 400 postos de trabalho existentes neste Centro de Contacto, cuja manutenção se afigura de extrema importância, tendo em conta a situação atual, mas também as dificuldades inerentes a um distrito do interior e porque se trata de um investimento que constituía a decisão de localização de um serviço no interior do País, por forma a constituir-se como alavanca de desenvolvimento.

Na altura, os Deputados socialistas perguntaram objetiva e expressamente: *“pretende o Governo manter permanentemente o serviço Via Segurança Social ou admite acabar com este serviço que apresenta elevados níveis de satisfação para as pessoas e empresas?”*

Por outro lado, sabendo que existe um protocolo assinado entre a autarquia e o Instituto da Segurança Social, com a duração de 15 anos, perguntamos se o Governo iria respeitar o cumprimento desse protocolo e assegurar o funcionamento do serviço de operação no centro de Contacto em Castelo Branco.

Perguntámos, também, se o Governo, iria encerrar, mesmo que temporariamente, ou se deslocalizaria este serviço para outro local, provocando assim o encerramento do Centro de Contacto da Segurança Social em Castelo Branco e provocando com isso a diminuição de 400 postos de trabalho, neste concelho do interior do País.

Na resposta, dada aos Deputados socialistas em 20 de agosto de 2012, o Governo afirmou de forma perentória que *“O Governo pretende manter o serviço Via Segurança Social, como é prova a Resolução do Conselho de Ministros sobre a abertura de procedimento concursal”*. E adiantava na aludida resposta, *“Prevê-se igualmente a instalação em Castelo Branco, estando prevista a conclusão do concurso público em curso ate final do ano”*, concluindo que *“A continuidade do serviço do centro de contacto da Segurança Social esta assegurada sendo este*

um canal privilegiado de contacto com os cidadãos e empresas”

Também no Plenário da Assembleia da República, do dia 21 de Junho de 2012, este assunto foi referido numa intervenção pela Deputada do Partido Socialista, Hortense Martins, tendo o PSD então afirmado que os postos de trabalho não estariam em causa e que este serviço que corresponde a um investimento no interior, deve ser visto como exemplo de uma boa política a ser seguida pelo Governo no sentido de se promover o combate à desertificação.

No dia 6 de Junho de 2012 o concurso público foi lançado (anúncio de procedimento nº2330/2012), tendo ganho a empresa RH+, que se preparava para contratar os recursos humanos que tinham sido despedidos, forçadamente, devido ao interregno provocado pelo fim do anterior contrato e a ausência de lançamento atempado de novo concurso.

Ontem, as notícias vindas a público deram conta, que afinal, o Governo não iria adjudicar este serviço à empresa em causa, e nessa sequência o Centro de Contacto de Castelo Branco iria encerrar.

Também as notícias davam conta, que a meia centena de trabalhadores que neste interregno se tinham mantido nestas instalações, correm o risco de ser despedidos em virtude de um eventual encerramento do Serviço Via Segurança Social, sediado em Castelo Branco.

No dia 4 de Dezembro o Instituto de Segurança Social anunciou através de comunicado o encerramento dos serviços prestados através do Centro de Contacto de Castelo Branco, contrariando assim tudo o que havia sido dito e garantido anteriormente.

Nesta sequência, também, a empresa RH+, vencedora do referido concurso público internacional, para a operação neste Centro de Contacto de Castelo Branco, veio lamentar o impacto da decisão de anulação do concurso público lançado em Junho, que fere de forma inexplicável todas as expectativas quer da empresa, quer dos trabalhadores e mesmo da população.

O Governo, sempre rejeitou, frontalmente a hipótese de encerramento deste centro de contacto. No entanto, desde o dia 5 do corrente, que este centro se encontra encerrado, devido à não adjudicação do concurso.

Face ao exposto e considerando que:

- a) A decisão de encerramento do Serviço Via Segurança Social contraria toda a informação prestada pelo Governo à Assembleia da República sobre a continuidade do Serviço Via Segurança Social e a manutenção dos respetivos postos de trabalho;
- b) A decisão de encerramento do Serviço Via Segurança Social contraria tudo o que pelo PSD assumiu na Assembleia da República sobre a continuidade do Serviço Via Segurança Social e a manutenção dos respetivos postos de trabalho, em Castelo Branco;
- c) A decisão de encerramento do Serviço Via Segurança Social por parte do Governo implica não só a inviabilização da readmissão dos trabalhadores entretanto despedidos como, inclusive, o despedimento de mais meia centena de trabalhadores;
- d) A decisão de encerramento do Serviço Via Segurança Social terá efeitos muito negativos na estrutura do emprego e na estrutura económica e social do distrito de Castelo Branco;
- e) A decisão de encerramento do Serviço Via Segurança Social terá efeitos muito negativos no plano do atendimento às empresas e aos cidadãos beneficiários do regime geral de segurança social, numa situação em que o desemprego não para de crescer.
- f) A decisão de encerramento do Serviço Via Segurança Social, vai afetar sobretudo o emprego jovem, que já tem taxas elevadíssimas de desemprego, nunca antes atingidas.

Os Deputados do Partido Socialista, abaixo assinados, vêm ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da CRP e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do RAR, colocar ao Ministério da Solidariedade e Segurança Social, através de V. Exa., as seguintes questões:

1. Dado ter sido encerrado no dia 5 de dezembro o Centro de Contacto de Castelo Branco, pretende o Ministério da Solidariedade e Segurança Social manter encerrado o Serviço Via

Segurança Social, sediado em Castelo Branco?

2. Que razões levam o Governo a decidir o encerramento do Serviço Via Segurança Social, sediado em Castelo Branco, cuja operação tinha sido objeto de concurso público internacional?
3. Que razões levam o Governo a decidir em sentido contrário à informação que prestou há menos de quatro meses à Assembleia da República?
4. Que circunstâncias se alteraram desde então?
5. Que razões invoca o Governo para por fim ao concurso internacional que lançou para adjudicação do Serviço Via Segurança Social?
6. Quais as razões para o Governo incumprir, sem qualquer justificação, um contrato que devia vigorar por 15 anos?
7. Que medidas tomará o Governo para resolver o problema criado coma destruição de 400 postos de trabalho?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 14 de Dezembro de 2012

Deputado(a)s

HORTENSE MARTINS(PS)

CARLOS ZORRINHO(PS)

VIEIRA DA SILVA(PS)

PEDRO JESUS MARQUES(PS)

MARIA HELENA ANDRÉ(PS)

FERNANDO MEDINA(PS)

JOSÉ JUNQUEIRO(PS)

MIGUEL LARANJEIRO(PS)

SÓNIA FERTUZINHOS(PS)

NUNO SÁ(PS)